



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
16ª Superintendência Regional

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Fortaleza, 2012



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
16ª Superintendência Regional

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria-TCU nº 123/2011.

Fortaleza, 2012

LISTA DE ABREVIATURAS

16a SRPRF/CE – 16a Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no Ceará
DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
PRF – Policial Rodoviário Federal
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
LOA – Lei Orçamentária Anual
CNAE – Classificação de Nacional de Atividades Econômicas
UJ – Unidade Jurisdicionada
UCC – Unidade Centralizadora de Compra
UO – Unidade Orçamentária
DITRAN – Divisão de Trânsito – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito
DETRAN/CE – Departamento Trânsito do Estado do Ceará
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
SAI – Sindicância Administrativa Investigativa
SAD – Sindicância Administrativa Disciplinar
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
RG – Relatório de Gestão
DN – Decisão Normativa
IN – Instrução Normativa
TCU – Tribunal de Contas da União
CGU – Controladoria-Geral da União
SAF – Seção Administrativa e Financeira

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Siglas e Abreviaturas | 03 |
| Organograma | 05 |
| Introdução | 11 |
| 1. Identificação..... | 13 |
| 2. Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticas..... | 14 |
| 2.1. Responsabilidades institucionais | 14 |
| 2.1.1. Competência Institucional... .. | 14 |
| 2.1.2. Objetivos estratégicos..... | 15 |
| 2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais | 16 |
| 2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico | 16 |
| 2.2.2. Análise do plano de ação | 19 |
| 2.3. Gestão por Programa | 20 |
| 2.3.1. Execução dos Programas de Governo | 20 |
| 2.3.1.1. Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 20 |
| 2.3.1.2. Programa 0663 – Segurança pública nas rodovias federais | 27 |
| 2.3.1.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo | 33 |
| 2.4. Desempenho orçamentário e financeiro | 35 |
| 2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa | 35 |
| 2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa..... | 35 |
| 2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação | 36 |
| 2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação | 37 |
| 2.4.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação | 38 |
| 2.4.3. Indicadores Institucionais | 39 |
| 3. Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores | 41 |
| 3.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores | 41 |
| 4. Recursos Humanos | 42 |
| 5. Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR | 51 |
| 6. Estrutura de controles internos da UJ | 52 |
| 7. Gestão ambiental e licitações sustentáveis | 54 |
| 8. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial da união | 55 |
| 9. Gestão da tecnologia da informação da unidade jurisdicionada | 57 |
| 10. Declaração do contador responsável pela UJ | 58 |
| 11. Resultados e conclusões | 59 |

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A portaria nº 1.375/2007, do Ministro da Justiça, aprova o regimento interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal dispendo acerca da organização interna e competências, a saber:

Art. 1º O Departamento de Polícia Rodoviária Federal, órgão específico singular, integrante da Estrutura Regimental do Ministério da Justiça, a que se refere o art. 2º, inciso II, alínea "h", do Anexo I do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, tem por finalidade exercer as competências estabelecidas no §2º do artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 20 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, no Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995, e, especificamente:

I - preservar a ordem, a segurança pública, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros, planejar e coordenar o policiamento rodoviário e executar operações relacionadas com os serviços de segurança pública, por meio do policiamento ostensivo das rodovias e estradas federais;

II - exercer os poderes de autoridade de trânsito, dentre os quais:

a) autuar infratores, adotar as medidas administrativas e aplicar as penalidades;

b) cobrar e arrecadar multas, taxas e valores, em razão da prestação dos serviços de apreensão, remoção e estadia de veículos, objetos e animais, que se encontrem irregularmente nas faixas de domínio das rodovias federais, podendo providenciar a alienação daqueles não reclamados, na forma da legislação em vigor;

c) realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, a escolta de veículos de cargas superdimensionadas, indivisíveis ou perigosas, podendo recolher os valores provenientes deste serviço; e

d) realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, serviços de guincho;

III - executar o policiamento, a fiscalização e a inspeção do trânsito e do transporte de pessoas e bens;

IV - planejar e executar os serviços de prevenção de acidentes e atendimento a vítimas nas rodovias e estradas federais;

V - realizar levantamentos de locais de acidentes, boletins de ocorrências, análise de disco diagrama, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em lei ou regulamentos, imprescindíveis à completa elucidação dos acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias e estradas federais;

VI - assegurar a livre circulação das vias, notadamente em casos de acidentes de trânsito e manifestações sociais e calamidades públicas;

VII - elaborar o termo circunstanciado de ocorrências a que faz referência o parágrafo único do artigo 69 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e disciplinando o seu preenchimento a ser aprovada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

VIII - manter articulação com os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, promovendo o intercâmbio de informações, objetivando o combate à violência no trânsito e a implementação de ações integradas de segurança pública;

IX - executar, promover e participar das atividades de orientação e educação para a segurança do trânsito, bem como desenvolver trabalho contínuo e permanente de prevenção de acidentes de trânsito;

X - informar ao órgão responsável pela manutenção, conservação e sinalização das vias, sobre as condições de tráfego que possam comprometer a segurança do trânsito, solicitando e adotando medidas emergenciais à sua proteção;

XI - promover processos de recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos, bem como demais atividades de ensino, na área de competência do Departamento;

XII - credenciar, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de guincho e remoção de veículos, de escolta de transporte de cargas superdimensionadas, indivisíveis, e de produtos perigosos;

XIII - assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário competente a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança; e

XIV - planejar e executar medidas de segurança para a escolta dos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado, Diplomatas estrangeiros e outras autoridades, nas vias federais, quando solicitado pela autoridade competente.

No que tange a esta unidade, assim dispõe o regimento:

Art. 75. Às Superintendências Regionais de Polícia Rodoviária Federal, nos âmbitos das respectivas circunscrições, compete:

I - executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

II - conceder remoção a pedido, anuênios, adicional de periculosidade ou insalubridade, licença-prêmio, quintos/décimos, isenção de imposto de renda, averbação de tempo de serviço, abono de permanência e apostilamento de proventos, observada a respectiva legislação vigente;

III - emitir certidões por tempo de serviço dos servidores lotados na Unidade Regional;

IV - lotar servidores no âmbito da Unidade Regional;

V - conceder remoção, ex-ofício, no âmbito da Unidade Regional, desde que não decorra ônus para a União;

VI - aprovar as ações de capacitação no âmbito de sua competência;

VII - aprovar e encaminhar o planejamento anual de ações de capacitação sob sua responsabilidade;

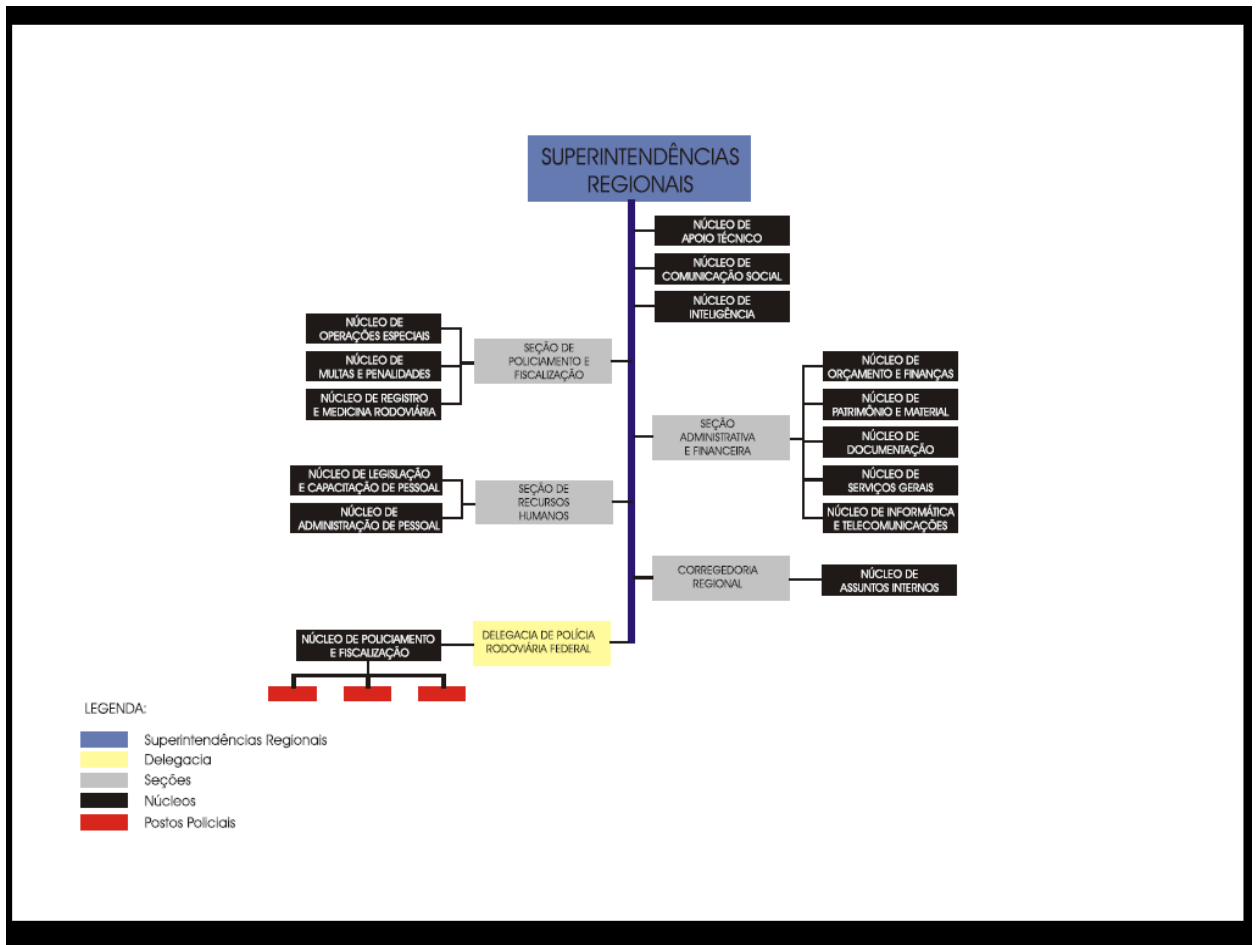
VIII - autorizar a participação de servidores, sob sua subordinação, nas ações de capacitação;

IX - autorizar a participação de servidores instrutores, sob sua subordinação, nas atividades de instrutoria nas ações de capacitação da Regional e do Departamento;

X - encaminhar relatório de atividades de ações de capacitação ocorridas no âmbito de suas competências; e

XI - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

No quadro a seguir vê-se o organograma da 16ª SRPRF/CE



As seções e núcleos tem suas competências elencadas no regimento interno.

Equipe Administrativa da 16ª SRPRF/CE:

Superintendente: Marco Antonio Maia

Núcleo De Apoio Técnico: Gláudio Moura Júnior

Núcleo De Inteligência: Eldyr De Campos Carvalho Filho

Núcleo De Comunicação Social: Francisca Neurismene De Oliveira Pinheiro

Seção De Policiamento E Fiscalização: Ricardo Araújo Bezerra

Corregedoria Regional: Emanuel Cidade Fael

Seção Administrativa E Financeira: Alexandre Magno De Oliveira Nogueira

Seção De Recursos Humanos: Milena Menezes De Oliveira Sales

Núcleo De Operações Especiais: Flávio Pereira Falcão

Núcleo De Multas E Penalidades: João Cícero Cardoso Guedes

Núcleo De Registro De Acidentes E Medicina Rodoviária: Rita De Cássia Chaves Oliveira Sabóia

Núcleo De Assuntos Internos: Sérgio Henrique Borges

Núcleo De Orçamento E Finanças: Afrânio Pinto Bastos

Núcleo De Patrimônio E Material: Marcius Barbosa Lima

Núcleo De Serviços Gerais: Waldir Dias Júnior

Núcleo De Documentação: Francisco Araújo Pessoa

Núcleo De Telemática: Paulo César Fernandes Carvalho

Núcleo De Administração De Pessoal: Antônio Dos Santos
Núcleo De Legislação E Capacitação De Pessoal: Soraya Dárcia Ricardo Bento

Circunscrição da Regional:

- a) Abrangência territorial da Unidade Regional: Ceará
- b) Malha viária: BR's 020, 116, 222 e 304, totalizando 1.790 km.

Relação de delegacias e postos fixos da 16ª sprf/ce com respectiva jurisdição

Central de Informações Operacionais

Endereço : BR 116 km 06, s/n – cajazeiras, Fortaleza
telefones : (085) - 3295-3022; 3295-3472; 3295-4286;
3295-4273; 3295-4286; 3295-4794; 1527;
3295-3591 (direto)

1ª Delegacia – Caucaia

Endereço : BR 020 km 402, s/n, campo grande, Caucaia

Telefone : (085) 3213-0137

Fax : (085) 3213 0131

Circunscrição: BR 116 do km 000 até km 050 (paca jus); BR 020 do km 405 até km 356 (lagoa do juvenil); BR 222 do km 000 até km 122 (Itapagé)

Unidade Operacional de Itaitinga

Endereço : BR 116, km 14, Itaitinga

Circunscrição: BR 116 km 000 até km 050 (horizonte)

Unidade Operacional de Croatá

Endereço : BR 222, km 060, Croatá

Telefone : 085 3340-1029

Circunscrição: BR 222 km 040 até km 122 (itapagé)

Unidade Operacional de Campo Grande

Endereço : BR 222, km 012, Campo Grande, Caucaia

Telefone : (085) 3213-1520

Circunscrição: BR 020 – contorno rodoviário; BR 222 km 000 até km 040

2ª Delegacia - Canindé

Endereço : BR 020, km 304, Palestina, Canindé

Telefone/Fax : (085) 3343-1309/ (088) 3343-1320

Circunscrição: BR 020 do km 356 (lagoa do juvenil) até km zero (divisa CE/PI)

Unidade Operacional da Boísa

Endereço : BR 020, km 371, Maranguape

Telefone : (085) 3342.7373

Circunscrição: BR 020 km 405 até km 367 (lagoa do juvenil)

Unidade Operacional de Canindé

Endereço : BR 020, km 310, Canindé

Telefone : (085) 3343-2042

Circunscrição: BR 020 do km 366 (lagoa do juvenil) até km 255

Unidade Operacional de Boa Viagem
Endereço : BR 020, km 208, Boa Viagem
Telefone : (088) 3427-1159
Circunscrição: BR 020 do km 255 até km 000 (divisa ce/pi)

3ª Delegacia – Russas
Endereço : Av Gov. Raul Barbosa, 502, Alto da Bela Vista, Russas
Telefone/Fax : (088) 3411-2570/ (88)3411-2570
Circunscrição: BR 116 do km 050 até km 250 (sombrio); BR 304 do km 000 até km 099 (divisa CE/RN)

Unidade Operacional de Chorozinho
Endereço : BR 116, km 070, Triângulo de Chorozinho, Chorozinho
Telefone : (085) 3319-1235
Circunscrição: BR 116 do km 050 até km 112

Unidade Operacional de Aracati
Endereço: BR 304, km 053, Aracati
telefone : (088) 3421-1090
Circunscrição: BR 304 do km 000 até km 099 (divisa CE/RN)

Unidade Operacional de Russas
Endereço: BR 116, km 158, Russas
telefone : (088) 3411-0290
Circunscrição: BR 116 do km 112 até km 250 (sombrio)

4ª Delegacia – Sobral
Endereço : Av Fernandes Távora, s/n, Sinhá Sabóia, Sobral
Telefone/Fax : (088) 3614-3133/ (088) 3614-3044
Circunscrição: BR 222, do km 122 até km 347 (divisa CE/PI)

Unidade Operacional de Irauçuba
Endereço: BR 222, km 153, Irauçuba
telefone : (088) 635-1195
Circunscrição: BR 222, km 122 até km 197

Unidade Operacional de Sobral
Endereço: BR 222, km 224, Sobral
telefone : (088) 614-3310
Circunscrição: BR 222 km 197 até km 280

Unidade Operacional de Tianguá
Endereço : BR 222, km, 314, Tianguá
Telefone : (088) 3671-1611
Circunscrição: BR 222 km 280 até km 347 (divisa ce/pi)

5ª Delegacia – Icó
Endereço : Rua Ilídio Sampaio, 2036, centro, Icó
Telefone/Fax: (088) 3561-1279/ (088) 3561-1311

Circunscrição: BR 116 do km 250 até km 554 divisa CE/PE)

Unidade Operacional de Jaguaribe
Endereço: BR 116, km 296, Pitombeira, Jaguaribe
telefone : (088) 3522-1775
Circunscrição: BR 116 do km 254 até km 336

Unidade Operacional de Icó
Endereço : BR 116, km 368, Icó
telefone : (088) 3561-1829
Circunscrição: BR 116 do km 336 até km 421

Unidade Operacional de Milagres
Endereço: BR 116, km 487, Milagres
telefone : (088) 3553-1400
Circunscrição: BR 116 do km 421 até km 554

INTRODUÇÃO

Neste documento, apresentaremos o Relatório de Gestão da 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/CE, no qual evidenciaremos as atividades administrativas e operacionais executadas no ano de 2011. Demonstraremos ao longo deste, que todas as ações foram pautadas nas metas previstas no Plano Plurianual para o DPRF, no que tange a redução de acidentes e criminalidade, buscando aumentar a percepção de segurança nas rodovias federais que cruzam o trecho sob circunscrição da 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, compreendendo o as rodovias federais que estão circunscritas no Estado do Ceará. A base para a elaboração deste Relatório de Gestão está fundamentada em 03 eixos prioritários, quais sejam: Gestão, Planejamento e Controle. O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2010 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Conforme IN TCU nº 63/2010 a 16ª SRPRF/CE apresenta relatório na forma do artigo 5, inciso I, ou seja, relatório de gestão individual, composto de acordo com o anexo II da DN nº 108/2010, a saber parte geral “A”, itens 1 a 16 e parte “B”, item 1. A parte “C” e “D” e seus respectivos itens não se aplicam a essa UJ.

O presente relatório está estruturado em observância aos normativos e orientações expedidas pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria Geral da União, acima citados, de tal sorte que se encontra dividido em 11 itens, numerados de 1 a 09, para a Parte A, o item 10 para a Parte B, e as conclusões no item 11 seguindo a mesma seqüência fixada nos normativos e orientações acima citados. Por sua vez, os itens aplicáveis a esta Unidade e aqueles para os quais não houve ocorrências no período, se desdobram em subitens, nos quais, neste particular, estão descritas as ações e as execuções orçamentárias de créditos originários e recebidos por movimentação.

A seguir estão relacionados os itens da parte geral “A” cujas naturezas jurídicas não se aplicam a esta Unidade, antecedidos pela numeração atribuída pelo Anexo II da Decisão Normativa 100/2010: Programação Orçamentária das Despesas, Reconhecimento de Passivos, Renúncia Tributária.

Abaixo apresentamos de forma mais pormenorizada os itens que não se aplicavam à nossa Regional, ou que para os quais não houve ocorrências:

1. Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo;
2. Quadro A.2.3 – Identificação das Unidades Orçamentárias;
3. Quadro A.2.4 – Programação de Despesas Correntes;
4. Quadro A.2.5 – Programação de Despesas de Capital;
5. Quadro A.2.6 – Quadro Resumo da Programação de Despesas;
6. Quadro A.2.7 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa;
7. Quadro A.2.8 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos originários da UJ;
8. Quadro A.2.9 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos originários da UJ;
9. Quadro A.2.10 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos originários da UJ, juntamente com Análise Crítica;
10. Quadro A.3.1 – Reconhecimento de Passivos por insuficiência de Créditos ou Recursos, em conjunto com Análise Crítica;
11. Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência;
12. Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos últimos três exercícios;
13. Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes;

14. Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convenio e de Contratos de Repasse;
15. Quadro A.6.5 – Visão Geral da Análise das prestações de contas de Convenio e de Contratos de Repasse, com análise crítica;
16. Quadro A.11.2 – Distribuição Especial do Bens Imóveis de Uso Especial locados de terceiros;
17. Renúncias Tributárias;
18. Quadro A.15.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício;
19. Quadro A.15.2 – Situação das deliberações do TCU, que permanecem pendentes de atendimento no exercício;
20. Quadro A.15.3 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI;
21. Quadro A.15.4 – Situação das recomendações do OCI, que permanecem pendentes de atendimento no exercício;

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

| Poder e Órgão de Vinculação | | | |
|---|--|------------------------|------------------------------|
| Poder: Executivo | | | |
| Órgão de Vinculação: Departamento de Polícia Rodoviária Federal | | | Código SIORG: 704 |
| Identificação da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Denominação completa: Décima Sexta Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal | | | |
| Denominação abreviada: 16ª SRPRF/CE | | | |
| Código SIORG: 013428 | Código LOA: não se aplica | | Código SIAFI: 2001112 |
| Situação: ativa/inativa/em liquidação | | | |
| Natureza Jurídica: Vide relação no texto descritivo | | | |
| Principal Atividade: Vide Tabela CNAE/IBGE | | | Código CNAE: 9999-9 |
| Telefones/Fax de contato: | (85) 3295-3022 | (85) 3289-4243 | (85) 3295-4254 |
| E-mail: gab.ce@dprf.gov.br | | | |
| Página na Internet: http://www.dprf.gov.br | | | |
| Endereço Postal: Rodovia Santos Dumont (BR 116), KM 06, Cajazeiras, Fortaleza-CE | | | |
| Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada | | | |
| <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Constituição da República Federativa do Brasil, de 08 de outubro de 1988.* Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> * Portaria Ministério da Justiça nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial de União de 06 de agosto de 2007. * Lei 9.654, de 02 de junho de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 03 de junho de 1998. * Decreto Presidencial nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, publicado no Diário Oficial da União de 04 de outubro de 1995 | | | |
| Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada | | | |
| | | | |
| Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada | | | |
| | | | |
| Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Código SIAFI | Nome | | |
| 200112 | 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal | | |
| Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Código SIAFI | Nome | | |
| Não se aplica | | | |
| Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões | | | |
| Código SIAFI da Unidade Gestora | | Código SIAFI da Gestão | |
| Não se aplica | | Não se aplica | |

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.

2.1.1 Competência Institucional

A malha rodoviária nacional é componente estratégico não apenas no desenvolvimento dos programas de Governo, mas também, como meio de circulação da produção nacional, pois representam elo de integração, diminuindo as distâncias entre os diversos pontos do País. Some-se a isto os demais seguimentos da população, que, por conta dos mais variados interesses, fazem uso das rodovias. Neste contexto, a Polícia Rodoviária Federal, integrante da estrutura do Ministério da Justiça, e que tem como principal função de Governo a segurança pública, devido a sua estrutura organizacional, atuando em todas as unidades da federação, é o contato direto e identificado do Estado com a população. Tem como principal atribuição a realização do policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais, o que resulta na promoção da segurança do trânsito, preservando a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. Suas competências e atribuições, de aplicação em todas as rodovias e estradas federais, encontram-se positivadas nos normativos:

Constituição Federal de 1988, artigo 144, § 2º:

“A Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais”

Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, artigo

20: *“Compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias e estradas federais:*

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, as medidas administrativas decorrentes e os valores provenientes de estada e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

IV - efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas;

V - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

VI - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, e zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções e instalações não autorizadas;

VII - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;

VIII - implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;

IX - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

X - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;”

A PRF atua também, como guardiã de nossas fronteiras através das rodovias e integra o Brasil a outros países da América do Sul. Assim, além da própria competência estabelecida nos citados normativos, tem as seguintes atribuições:

Realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e o de terceiros;

Exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

Aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção e atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

Realizar, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

Credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;

Assegurar a livre circulação nas rodovias federais podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas, executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades.

2.1.2. Objetivos Estratégicos

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido devido a grande quantidade e extensão da malha viária das rodovias federais no estado do Ceará. Some-se a estes fatores a divisão da circunscrição com os estados do Piauí, Rio Grande do Norte, em menor escala a Paraíba, e o ponto mais grave que é sem dúvida o limite com o Estado de Pernambuco, em virtude da área conhecida como “polígono da maconha”, naquele estado. Vários tipos de crimes ocorrem ao longo das rodovias, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de passageiros e cargas, a exploração sexual infantil, tráfico de pessoas, o tráfico de drogas, o contrabando, o descaminho, o transporte de materiais contrafeitos, roubos a estabelecimentos, roubos a veículos, dentre outros. Tais ilícitos causam prejuízos à economia do País. Por seu turno, as regras de circulação previstas no Código de Trânsito Brasileiro encontram seu agente aplicador, em âmbito federal, na Polícia Rodoviária Federal. O foco de atuação da Polícia Rodoviária Federal está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o atendimento da grave situação da segurança pública nas rodovias federais, é almejada a transmissão da sensação de segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade. Por outro lado, os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com o tratamento hospitalar dispensado às vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos à população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos financeiros elevados, além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão. Desta forma, a atuação de Polícia Rodoviária Federal busca

reduzir o número de acidentes em nossas rodovias federais, buscando, assim, a redução de danos quando das ocorrências de acidentes rodoviários.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, frequentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas. Por outro lado, verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O atingimento de seus objetivos ocorre através da execução das ações do programa correspondente à segurança pública nas rodovias federais, que vão desde atividades de saúde voltadas aos usuários das rodovias às atividades de educação para o trânsito. Desta forma, para o perfeito desempenho de suas competências institucionais, faz-se necessário que sua atividade meio execute suas atribuições em sintonia com a atividade fim, adotando-a dos recursos necessários para tanto, quer seja equipamentos policiais atualizados, instalações físicas, sistemas de comunicação, dentre outros.

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico do DPRF.

A extrema carência de efetivo desta Unidade, a exemplo do vem ocorrendo em anos anteriores, continua a ser a maior dificuldade para o nível desejado de atuação da Polícia Rodoviária Federal no Ceará e também em todo o País. Todavia, tal carência, não se transforma em obstáculo intransponível para que busquemos sempre fazer o máximo possível, pautados pela economicidade, legalidade e interesse público, buscando nas parcerias, na criatividade e no engajamento do corpo funcional a superação de tais dificuldades. A carência de efetivo, no entanto, tem reflexo no desempenho das atividades de sua competência, impossibilitando a presença da Polícia Rodoviária Federal de forma ininterrupta ao longo de nossa extensa malha viária, o que contribuiu diretamente para a não efetivação de prevenção de acidentes em extensos trechos de rodovias de nosso Estado. Uma das variáveis soluções para fazer frente à carência de efetivo são as ações desenvolvidas de forma integrada com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito é de que a presença da viatura na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de intervenção. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias, bem como a intensificação na fiscalização de embriaguez na condução de veículos.

Com o mesmo objetivo, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal orienta para que haja a participação dos policiais que desempenham atividade meio nos Comandos Específicos e nos Comandos que são realizados quando o volume de tráfego de nossas rodovias se eleva, como por exemplo, em decorrência de datas festivas e feriados prolongados. A Polícia Rodoviária Federal se faz presente nas rodovias todos os dias, inclusive finais de semana e feriados, quando são realizados Comandos Específicos, em todos os municípios onde existam rodovias federais. Destarte a carência de meios, principalmente humanos, o 16º SRPRF tem um alto grau de especialização de seus policiais, contando com reconhecimento do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e de outras

instituições. Reconhecimento este que se traduz no bom número de policiais preparados como instrutores.

Na área administrativa de gestão destaca-se a instituição do Escritório de Projetos Estratégicos da PRF (EPE) no primeiro semestre de 2011. Já se tem como resultado de seu trabalho um portfólio estratégico da PRF que conta com 27 projetos estruturantes, a seguir elencados:

Metodologia de Gestão de Projetos: Desenvolver, unificar e implantar uma metodologia de gestão de projetos no DPRF.

1. Planejamento estratégico do DPRF: Desenvolver todos os aspectos do planejamento em nível estratégico do órgão, estabelecendo visão de futuro, metas, objetivos etc.
2. Avaliação de Desempenho Individual: Reavaliar as metodologias de Avaliação de Desempenho Individual adotadas pelas regionais, definir procedimentos e diretrizes nacionais e implantar uma ferramenta única e bem estruturada.
3. Carreira PRF: Desenvolver uma proposta de reestruturação da carreira do PRF, onde estarão reguladas as condições de progressão funcional, distribuição e lotação, entre outros.
4. Lei Orgânica da PRF: Revisar proposta de Lei Orgânica da PRF, por meio de um esforço conjunto Administração-Efetivo e encaminhar para aprovação.
5. Nova sede DPRF: Construir novo edifício sede, de acordo com Projeto Executivo. Realizar a mudança para o novo edifício sede; distribuir e preparar as áreas de acordo com as necessidades do Gabinete e Coordenações-Gerais; estabelecer regras de convivência e respostas para as demais necessidades.
6. Nova matriz de policiamento: Desenvolver estudo sobre modernização do modelo de atuação e distribuição da PRF.
7. Regulamentação de uniforme: Desenvolver uma padronização formal dos uniformes e apresentar soluções para a construção de uma cadeia definida
8. de suprimento.
9. Gestão Administrativa (SIPAC/SIGRH): Por meio de um Acordo de Cooperação entre o DPRF, DPF, MJ e UFRN, o projeto visa promover o desenvolvimento da ferramenta SIPAC, hoje em utilização na UFRN, por meio da análise crítica das funcionalidades por parte das instituições cooperadas. O acordo prevê total transferência de tecnologia referente ao sistema, incluindo a capacitação dos analistas das instituições cooperadas e a entrega do código fonte da ferramenta, permitindo que ao final do período de cooperação cada instituição tenha condições de ser mantenedora e desenvolvedora da ferramenta.
10. PRF na rede: Desenvolver e implantar um modelo dinâmico e integrado de utilização da Internet/intranet e mídias sociais, a fim de aprimorar a comunicação com a sociedade e com o público interno.
11. Reengenharia do sistema de multas: Desenvolver estudo para modernização de toda a sistemática de multas da PRF.
12. Cidadania para o Trânsito: Estruturar e ampliar as ações de educação para o trânsito.
13. Gestão por competências: Efetuar um estudo sobre as competências (conhecimento, habilidades e atitudes) da PRF, com o intuito de orientar/direcionar o desenvolvimento de pessoal.
14. Fortalecimento da Estrutura de Ensino: Implantar toda a estrutura necessária ao funcionamento da Academia e dos Centros de Treinamentos Regionais, colocando-os em condições de atender toda a demanda de capacitação do DPRF, inclusive com preparação do corpo de ensino e pesquisa.
15. RODOVIDA: Ampliar o Serviço Médico para atendimento das demandas oriundas do impacto da realização de grandes eventos, inclusive a realização da COPA 2014, possibilitando um atendimento pré-hospitalar de remoção aeromédica e terrestre com UTI, que garanta a rápida assistência de saúde dos vitimados, levando-os para uma rede hospitalar

de urgências hierarquizadas e de qualidade que possibilite a diminuição de sequelas pós-tratamento e o aumento no índice de sobrevivência dos vitimados, diminuindo assim os custos do Estado.

16. Apoio ao Condutor e Turista: Adequar as Unidades Operacionais do DPRF, com a implantação de áreas de estacionamento, apoio, informações turísticas e de utilidade pública, por intermédio de convênios e acordos de cooperação com demais órgãos e agências com atuação direta no pronto atendimento às necessidades dos cidadãos e turistas usuários das rodovias federais.
17. Policiamento Especializado: Planejar o preparo e emprego das equipes de patrulhamento tático, força de choque, pronto emprego multimissão, motociclismo policial, ações táticas, policiamento aéreo e policiamento cinotécnico, para atuação nos grandes eventos, especialmente nas regiões metropolitanas e nas divisas dos Estados.
18. PROSSERV: Desenvolver a estrutura e metodologia de valorização e garantia da saúde dos servidores do DPRF, inclusive durante os grandes eventos, que viabilizarão acompanhamento e suporte biopsicossocial aos policiais e equipes.
19. Escolta nos Grandes Eventos: Garantir uma padronização e visibilidade única de procedimentos de segurança, de equipamentos e de doutrina policial a ser empregada na proteção aos deslocamentos de delegações de atletas, árbitros e autoridades. Garantindo que, em qualquer região, onde os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014 se realizem, a qualidade, eficiência e excelência do serviço prestado pela PRF seja o grande diferencial de confiança e credibilidade.
20. Adequação Logística nos GE: Desenvolver e implantar modelo de gerenciamento, controle e distribuição logística, inclusive por ocasião das demandas geradas da atuação da PRF em grandes eventos.
21. SILVER nacional: Implantar sistema de controle de veículos recolhidos aos pátios da PRF (SILVER) em todas as regionais.
22. Monitoramento de Rodovia: Contribuir para a consolidação do esforço da ONU, que intitulou a década 2011-20 como a década da segurança no trânsito, propiciando o cumprimento das metas de reduzir 50% o número de vítimas previsto em 2020.
23. Alerta Brasil: Controlar o tráfego de veículos, permitir a rápida identificação de irregularidades a partir do confronto de dados em tempo real, o que resultará em uma reação mais rápida e efetiva da PRF no combate a irregularidades, sejam elas de administrativa ou criminal.
24. Projeto Unificado e Integrado de Telecomunicações: Desenvolvimento institucional aprimorado com disponibilidade de informações de uso dos recursos operacionais e administrativos, redução dos custos correntes de operação com uso de ferramentas adequadas de comunicação e serviços de valor adicionado (mensagens de texto, comunicação telefônica, conectividade de dados móvel).
25. Comando e Controle: Criar uma rede integrada de Comando e Controle em nível nacional voltada para a gestão integrada de operações de segurança pública e resposta a incidentes e crises. Com equipes capacitadas a operar ferramentas de inteligência e sistemas tecnológicos de gestão de informações em tempo real. O projeto deverá contemplar também o estabelecimento de processos internos (inclusive no serviço 191), além dos sistemas e equipamentos necessários ao seu funcionamento (parte diária eletrônica, monitoramento de viaturas, informatização das viaturas e bop eletrônico).
26. Inteligência PRF: Melhorar o processo de produção de conhecimento, com intuito de subsidiar a equipe de operações policiais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal ou outros órgãos de Segurança Pública.
27. Scanners: Adquirir equipamentos capazes de escanear o interior de veículos, detectando a existência de entorpecentes, sem a necessidade de realização de abordagem prévia.

2.2.2. Análise do Plano de Ação da 16ª SRPRF referente ao exercício 2011.

Inicialmente, cumpre-nos informar que entendemos que o “nível estratégico” da instituição Departamento de Polícia Rodoviária Federal está na sua alta administração, ou seja, nas figuras do Diretor-Geral e dos Coordenadores-Gerais. Portanto, a Unidade Jurisdicionada 16ªSRPRF/CE não tem um planejamento estratégico autônomo, agindo nos níveis táticos e operacionais, conforme determinações estratégicas traçadas pela Direção-Geral do DPRF.

As prioridades e metas relativas à atividade operacional do 16ª SRPRF/CE, por intermédio da Seção de Policiamento e Fiscalização – SPF, seguiram consideradas as premissas institucionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ.

As premissas do DPRF/MJ estiveram especificadas nos expedientes de ordem de serviço emanados do DPRF, referiram-se à Missão, Visão e Valores do DPRF/MJ, a serem observados ao longo do desempenho das atividades inerentes. Tais premissas são as seguintes:

Missão: *Preservar a vida, o meio ambiente, a ordem pública e o patrimônio, exercendo papéis proeminentes na promoção da cidadania, dos direitos humanos, dos valores democráticos, da integração nacional e na mobilidade das pessoas e bens.*

Visão: *Ser reconhecida nacional e internacionalmente como instituição de alta credibilidade, efetividade e competência na prevenção de acidentes de trânsito e de crimes, em articulação com a sociedade, na promoção dos direitos humanos, da cidadania e dos valores democráticos.*

Valores: *Honestidade, Transparência, Coragem, Firmeza, Lealdade, Liderança, Solidariedade, Ética, Responsabilidade, Equidade, Cidadania e Compromisso.*

Os objetivos traçados para o exercício 2011, no cunho operacional, no âmbito desta Unidade Jurisdicionada, visaram ao alcance de metas estabelecidas para a Regional, com foco precípua na prevenção de acidentes e criminalidade, visando à redução das taxas de acidentalidade e mortalidade, bem como ao aumento da percepção de segurança nas estradas e rodovias federais na área sob circunscrição desta Regional, dentro das nossas limitações de policiamento, em virtude do diminuto efetivo policial existente.

Para tanto, buscou-se, inclusive, melhorar a capacitação do efetivo policial, no que se refere ao conhecimento da legislação de fiscalização rodoviária, ao enfrentamento de delitos na circunscrição da PRF, no trato com todos os usuários das rodovias e estradas federais e nos procedimentos adotados pelo DPRF.

O planejamento das ações foi subdividido conforme especificações abaixo:

Fiscalizações rotineiras: Operacionalizadas pelos policiais escalados para os plantões normais, sem apoio de efetivo extra, divididas em rondas e fiscalizações estáticas, realizadas diariamente; sendo as fiscalizações estáticas visando prioritariamente as condições veiculares, e as rondas nos horários de maior circulação rodoviária nos três turnos, visando prioritariamente, coibir as infrações de circulação e conduta, além de repressão ao crime. Nestas fiscalizações, oportuniza-se o planejamento para a realização das operações de apoio ou em conjunto com outros órgãos. O trabalho diário tem como foco o fator da segurança de trânsito e o combate aos ilícitos, por meio de abordagens a pessoas e veículos, permeadas de tratamento cortês, postura e apresentação individual adequada, clareza e firmeza nas orientações e pelos preceitos éticos do Serviço Público.

Fiscalizações de alcoolemia: Operacionalizadas, obrigatoriamente, de forma rotineira e sistemática, através de exame com etilômetros nos condutores envolvidos em acidentes, em especial os com lesões, e em todos condutores suspeitos de estarem sob efeito de álcool, bem como em pontos próximos a locais de eventos propícios ao consumo de bebidas alcoólicas, assim buscando

inibir o consumo de álcool posterior condução de veículos por condutores em condição irregular nas vias de tráfego.

Fiscalizações de transporte coletivo de passageiros: Operacionalizadas em pontos estratégicos de tráfego de transportes intermunicipal e interestadual, mediante ações de fiscalização ao transporte coletivo de passageiros, objetivando coibir irregularidades referentes a equipamentos obrigatórios, cintos de segurança, da habilitação e regularidade das empresas e autônomos que realizam o transporte, e da habilitação dos condutores, entre outros, em especial no transporte interestadual de passageiros, para dar cumprimento ao Convênio nº 004/2006, firmado entre o DPRF/MJ e a ANTT. Incluindo nesta fiscalização, estão ações de combate ao crime, ao trânsito de menores em situação irregular, consultas nos Sistemas Corporativos disponíveis, a exemplo o INFOSEG, aos ocupantes destes veículos, e sempre que possível com verificação de bagagens.

Fiscalizações de transporte de cargas: Operacionalizadas nos pontos de acesso à capital federal, mediante ações de fiscalização ao transporte rodoviário de carga, com o objetivo de coibir a entrada de mercadorias, bens, produtos animais e florestais irregulares, ilícitos, bem como cobrar efetivamente o cumprimento à legislação de produtos perigosos, adequando essas movimentações ao contido na legislação da ANTT e no Convênio nº 004/2006 já citado.

Operações e Comandos: As Operações, atividades diferenciadas, planejadas pela Direção Geral do DPRF/MJ, através da Coordenação Geral de Operações ou do Distrito Regional, podem ser dos seguintes tipos: Operações Especiais, Eventuais, Integradas de Segurança Pública, Conjunta com outro Órgão, Nacional, de Férias e Feriados Nacionais.

As Operações Regionais, caracterizadas pelas festividades e eventos regionais realizadas conforme demandas esperadas e eventualmente surgidas. Os Comandos, atividades de fiscalização, com efetivo diferenciado, são realizados com vistas ao cumprimento das normas de trânsito e transporte, além da repressão ao crime de forma geral.

Durante as Operações Férias, Feriados Nacionais e Operações Regionais, a previsão de prioridade às atividades de fiscalização e as voltadas à prevenção de acidentes de trânsito e redução de danos, visando à normalidade do fluxo de trânsito e a redução das taxas de acidentalidade e mortalidade.

2.3. GESTÃO DE AÇÕES POR PROGRAMA

2.3.1. Programas

2.3.1.1 Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal - 1386

| | |
|---|--|
| Tipo | Finalístico |
| Objetivo Geral | Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública. |
| Indicadores ou parâmetros utilizados | Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas |
| Publico Alvo | Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federa |

Valor Descentralizado: **R\$ 1.005.951,95**

Principais Ações do Programa:

8698 Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

8623 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

200G Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Ação 8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

| | |
|---|---|
| Tipo da Ação | Projeto |
| Finalidade | Manutenir e modernizar os sistemas / equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas, e |
| Descrição | Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | Departamento de Polícia Rodoviária Federal |
| Unidades executoras | Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais |

Valor Descentralizado: **R\$1.005.951,95**

Principais Resultados

Essa área é responsável por todas as ações que se referem à especificação, testes, configuração, validação e homologação de qualquer equipamento ou tecnologia necessária ao bom funcionamento dos serviços nas áreas de informática e telecomunicações, também respondendo pelo suporte técnico aos usuários de informática e telecomunicações (telefonia e rádio), cuidando das manutenções corretivas dos equipamentos e auxiliando na instalação e utilização dos programas e sistemas.

A Regional possui uma Rede Espelho do DPRF, a qual além de dar suporte aos Estados do norte e nordeste, possibilita que em caso de pane na Rede Central ela a substitua.

Devido à alta carga de atribuições tem-se buscado uma melhoria no gerenciamento nos recursos sob a responsabilidade da área. No ano de 2011 foram executadas várias atividades, tais como:

- Substituição de peças, reinstalação e configuração de estações de trabalho e servidores, reinstalação e configuração de sistema operacional e demais aplicativos de trabalho;
- Suporte aos usuários da sede e postos;
- Manutenção nas unidades operacionais;

- Planejamento de ação para implementação processo para contratação de empresa para prestação de serviços de outsourcing de impressão, contemplando os postos e a sede. Esperamos que tal Pregão Eletrônico seja finalizado em meados de 2012.

- Aquisição de computadores para todas as unidades operacionais

Para 2012, a área de telemática pretende:

- Implementar telefonia fixa com controle digital
- Implementar software de gerenciamento, buscando uma melhor gestão da rede sob responsabilidade da área de telemática, permitindo ainda agir proativamente, antes da percepção dos usuários finais.

- Realizar melhorias no sistema de radio comunicação utilizado pela regional.
- Melhorar link de dados para as unidades operacionais.
- Melhorar a fiscalização dos contratos, buscando redução de gastos.
- Instalar link redundante para a sede da regional buscando uma melhoria na disponibilidade.

- Interligar a rede de dados da área de inteligência com a sede da UJ.

Ação 8623 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

| | |
|---|---|
| Tipo | Projeto |
| Finalidade | Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora. |
| Descrição | Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidade executora | 16ª SPRF/CE |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura |

Valor Descentralizado: **R\$ 0,00**

Ação 200G – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

| | |
|--|---|
| Tipo | Projeto |
| Finalidade | Prover a estrutura organizacional do DPRF de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas. Atender às novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis à melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico. |
| Descrição | Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de exercer, efetivamente o poder de polícia nas diversas áreas do país. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidade executora | 16ª SPRF/CE |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura |
| | |

Valor Descentralizado: **R\$ 0,00**

Ação 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal

| | |
|-------------------|--|
| Tipo | Atividade |
| Finalidade | Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos às atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições. |
| Descrição | Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxas de inscrição, taxas de inscrição em cursos, aquisição, de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do Policial Rodoviário Federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº |

| | |
|--|---|
| | 2794/98, do Decreto nº 1655, da Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei nº 10.201/2001). Implementação e execução do ensino a distancia, com os insumos necessário a possibilitar a realização de cursos de formação. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidade executora | 16ª SPRF/CE |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Coordenação de Ensino |

Valor descentralizado: **R\$ 159.163,72**

Principais Resultados

A capacitação profissional não só dá condições para o exercício pleno de determinadas categorias profissionais como também objetiva preparar o indivíduo para o melhor desempenho do trabalho, oferecendo a oportunidade de uma melhor adaptação ao meio em que desempenhará suas atribuições, uma vez que o Policial Rodoviário Federal deverá estar pronto, com postura, hábitos e atitudes condizentes às exigências desse universo de atuação que são as rodovias federais.

Nas atividades de capacitação profissional objetiva-se que os servidores se preparem tanto para as atividades operacionais como para as atividades auxiliares, oferecendo-lhes as possibilidades e alternativas de desempenho de suas atribuições, por meio de opções de atividades que correspondam à demanda atualizada da Instituição.

No processo de capacitação profissional é importante que se trabalhe as habilidades básicas, específicas e de gestão, ou seja, além de aprender especificamente a profissão de policial, o servidor será estimulado a exercitar suas competências individuais, sua capacidade de tomar decisões, bem como o seu processo de desenvolvimento no trabalho e fortalecimento da organização.

A 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, junto com a Coordenação de Ensino busca permanentemente, promover a formação humana e profissional dos servidores desta Superintendente Regional, para a atuação responsável e segura na sociedade, buscando assegurar ensino de qualidade com bases científicas, interdisciplinaridade e visão atualizada, domínio e aplicação de tecnologias educacionais, formas participativas e práticas inovadoras de ensino e aprendizagem.

Deste modo buscando implementar o *conhecimento, que é saber fazer e compreender porque fazê-lo*, desenvolvendo *habilidades, que refere-se ao saber como fazer* e buscando uma mudança de atitude dos servidores, *atitude que refere-se ao querer fazer*.

Foram realizados os seguintes cursos no ano analisado:

| Nome do Evento | Carga Horária | Início | Participantes | | | |
|--|---------------|----------|---------------|----|--------|-------|
| | | | RF | DM | Outros | Total |
| PROGRAMA DE ATUALIZAÇÃO POLICIAL - Módulo I – Abordagem | 8 h/a | 15/03/11 | 18 | - | - | 18 |
| Módulo II – Tiro | 16 h/a | 16/03/11 | 16 | - | - | 16 |

| | | | | | | |
|--|--------|----------|----|---|----|----|
| Módulo III – Policiamento | 4 h/a | 18/03/11 | 21 | - | - | 21 |
| Módulo IV – Acidentes | 8 h/a | 22/03/11 | 28 | - | - | 28 |
| CURSO DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS SERVÍVEIS | 20 h/a | 22/03/11 | 02 | - | - | 02 |
| CURSO DE FORMAÇÃO DE OPERADORES DA CLAVA QUÍMICA E PISTOLA TASER MODELO M-26 | 40 h/a | 04/04/11 | 06 | - | - | 06 |
| Programa de Atualização Policial - MÓDULO VI – HABILITAÇÃO EM DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA – DCE - TASER | 10 h/a | 05/05/11 | 04 | - | - | 04 |
| Programa de Atualização Policial - MÓDULO VI – HABILITAÇÃO EM DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA – DCE - TASER | 10 h/a | 12/05/12 | 13 | - | - | 13 |
| Programa de Atualização Policial - MÓDULO VI – HABILITAÇÃO EM DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA – DCE - TASER | 10 h/a | 16/05/11 | 20 | - | - | 20 |
| Programa de Atualização Policial - MÓDULO VI – HABILITAÇÃO EM DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA – DCE - TASER | 10 h/a | 19/05/11 | 21 | - | 3 | 24 |
| Treinamento de Procedimentos de Fiscalização do Serviço de Transporte de Passageiros Interestadual em Comando | 40 h/a | 03/05/11 | 02 | - | - | 02 |
| XX CURSO DE TÉCNICAS DE POLÍCIAS DE COMBATE ao Crime – XX TPCC | -- | 22/05/11 | 08 | - | - | 08 |
| Programa de Atualização Policial - MÓDULO VI – HABILITAÇÃO EM DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA – DCE - TASER | 10 h/a | 31/05/11 | 09 | - | - | 09 |
| Programa de Atualização Policial - MÓDULO VI – HABILITAÇÃO EM DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA – DCE - TASER | 10 h/a | 02/06/11 | 07 | - | - | 07 |
| Programa de Atualização Policial - MÓDULO VI – HABILITAÇÃO EM DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA – DCE - TASER | 10 h/a | 08/06/11 | 06 | - | - | 06 |
| Programa de Atualização Policial - MÓDULO VI – HABILITAÇÃO EM DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA – DCE - TASER | 10 h/a | 16/06/11 | 09 | - | - | 09 |
| Programa de Atualização Policial - MÓDULO VI – HABILITAÇÃO EM DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA – DCE - TASER | 10 h/a | 27/06/11 | 26 | - | 03 | 29 |

| | | | | | | |
|--|--------|----------|------------|----------|-----------|------------|
| Programa de Atualização Policial - MÓDULO VI – HABILITAÇÃO EM DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA – DCE - TASER | 10 h/a | 30/06/11 | 17 | - | 06 | 23 |
| Programa de Atualização Policial - MÓDULO VI – HABILITAÇÃO EM DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA – DCE - TASER | 10 h/a | 06/07/11 | 23 | - | 01 | 24 |
| Programa de Atualização Policial - MÓDULO VI – HABILITAÇÃO EM DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA – DCE - TASER | 10 h/a | 09/08/11 | 06 | - | - | 06 |
| Curso de Atualização de Redação de Documentos Oficiais | 07 h/a | 08/09/11 | 32 | 01 | 01 | 34 |
| Curso de Atualização de Redação de Documentos Oficiais | 07 h/a | 09/09/11 | 31 | 07 | 02 | 40 |
| Capacitação e Formação de Pregoeiros | 16 h/a | 03/10/11 | 03 | 0 | 0 | 03 |
| Programa de Atualização Policial - MÓDULO VI – HABILITAÇÃO EM DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA – DCE - TASER | 12 h/a | 17/10/11 | 09 | 0 | 03 | 12 |
| MÓDULO V - Espargidor de Pimenta | 04 h/a | 19/10/11 | 07 | 0 | 03 | 10 |
| Programa de Atualização Policial - MÓDULO VI – HABILITAÇÃO EM DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA – DCE - TASER | 12 h/a | 20/10/11 | 13 | 0 | 06 | 19 |
| MÓDULO V - Espargidor de Pimenta | 04 h/a | 21/10/11 | 05 | 0 | 06 | 11 |
| Programa de Atualização Policial - MÓDULO VI – HABILITAÇÃO EM DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA – DCE - TASER | 12 h/a | 08/11/11 | 02 | 0 | 0 | 02 |
| MÓDULO V - Espargidor de Pimenta | 04 h/a | 09/11/11 | 02 | 0 | 0 | 02 |
| Programa de Atualização Policial - MÓDULO VI – HABILITAÇÃO EM DISPOSITIVO DE CONDUÇÃO DE ENERGIA – DCE - TASER | 12 h/a | 10/11/11 | 10 | 0 | 0 | 10 |
| MÓDULO V - Espargidor de Pimenta | 04 h/a | 11/11/11 | 12 | 0 | 0 | 12 |
| | | | 389 | 0 | 13 | 402 |

2.3.1.2. Segurança Pública nas Rodovias Federais - Programa 0663

Dados Gerais

| | |
|--|--|
| Tipo | Finalístico |
| Finalidade | Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidade executora | 16ª SPRF/CE |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Coordenação Geral de Operações |

Valor Descentralizado: **R\$ 2.131.860,13**

Principais Ações do Programa\

2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal

2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas

2C78 Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF

2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

2BII Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federa

4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

4641 Publicidade de Utilidade Pública

86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

8692 Educação de Trânsito para Usuários

Ação 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias Federais

| | |
|--------------|---|
| Tipo da Ação | Atividade |
| Finalidade | Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. |
| Descrição | Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as |

| | |
|---|---|
| | ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotecnia. Aquisição e manutenção de etilômetros. Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários à atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros). |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | Departamento de Polícia Rodoviária Federal |
| Unidades executoras | Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais |

Valor Descentralizado: **R\$ 1.873.033,00**

Principais Resultados:

A 16ª Superintendência possui sob sua circunscrição 1.740 quilômetros de malha viária divididos em 4 rodovias, em uma região de grande complexidade tanto nas questões de trânsito quanto nas questões criminais. Fortaleza como atrativo centro turístico na região nordeste, junto ao crescimento desordenado ao longo das rodovias federais na região do entorno da cidade exige uma resposta apropriada por parte da PRF tanto no patrulhamento das rodovias quanto nas demais ações de combate ao crime. A Seção de Policiamento e Fiscalização é responsável pela estrutura operacional da 16ª Superintendência na qual estão indiretamente subordinados 15 (quinze) postos, na parte administrativa possui o Núcleo de Multas e Penalidades, Núcleo de Acidente, respondendo pela parte de Estatística, a Comissão de Análise de Defesa da Autuação. A regional conta ainda com o serviço do Núcleo de Operações Especiais-NOE que realiza diversas operações pontuais em conjunto com o Grupo de Operações com Cães-GOC. O fato do estado do Ceará ser altamente permeado por rodovias federais, torna o leque de atuação da regional bastante extenso, indo desde o atendimento a usuários das rodovias à repressão dos diversos crimes, fazendo com que o policial tenha inúmeras atribuições no seu dia a dia.

Quanto às metas de taxa de variação de acidentes e taxa de mortalidade o fato primordial que influencia nestas metas nos trechos sob nossa circunscrição é o alto crescimento demográfico da Região Metropolitana de Fortaleza, que apresenta crescimento muito alto, um dos maiores, senão o maior do nordeste, no entanto de maneira desordenada na maioria das vezes, fato que culmina com o crescimento acelerado da frota veicular na região, segundo dados estatísticos a frota veicular na região cresce cerca de 10% ao ano, superior a média nacional, fato que resulta em um enorme fluxo de veículos nos horários de pico, principalmente, saturando as principais vias de acesso a Fortaleza, que ao adentrar mais amiúde na área urbana tem seu tráfego estrangulado por vias aquém da capacidade de receber o fluxo oriundo das rodovias federais.

Outro fator importante, as principais rodovias federais que cortam o Estado carecem de urgentes reparos e/ ou obras. Aliado a essas circunstâncias, os trechos citados (Região Metropolitana), são as principais vias de escoamento e transporte de passageiros no Estado, são em sua esmagadora maioria, urbanos, onde há intenso fluxo de veículo durante todo o dia, conforme estatística elaborada pela regional, pode-se concluir que a grande maioria dos acidentes de trânsito ocorreu nesses trechos urbanos. Todos os órgãos competentes para manter e sinalizar adequadamente essas rodovias e seus acessos já foram devidamente oficiados e informados da precariedade da sinalização e o estado bastante precário de nossas vias.

Diante o exposto e devido o baixo efetivo da 16ª SRPRF foi necessário otimizar os recursos humanos, realizando levantamento estatísticos, monitorando pontos críticos de acidente para elaboração do cartão programa dos postos.

O planejamento operacional 2011 do DPRF previu a redução da taxa de acidente para 52,724 e a taxa de mortalidade para 4,262. A 16ª SRPRF/CE não atingiu, por uma pequena diferença a Taxa de Acidentes, embora os números absolutos tenham ficado próximos aos de 2010. Destaca-se a expressiva redução da Taxa de Mortalidade, inclusive com redução na quantidade de vítimas fatais quando comparado com o ano de 2010.

ACIDENTES DE TRÂNSITO

| | 2009 | 2010 | 2011 |
|-----------------------------|------------|------------|------------|
| INDICE DE ACIDENTES | | | |
| Total Acidentes | 2.916 | 3.779 | 3.817 |
| Frota Nacional | 59.361.642 | 64.817.974 | 70.965.139 |
| Acidente/1.000.000 veículos | 49,12 | 56,96 | 54,53 |
| Varição do Índice | -- | 15,96% | -4,26 |
| Mortos | 141 | 276 | 227 |
| Mortos/1.000.000 veículos | 2,376 | 4,042 | 3,243 |
| Varição do Índice | -- | 70,11% | -19,76 |
| Feridos | 1.829 | 2.593 | 2.644 |
| Feridos/1.000.000 veículos | 30,81 | 40,00 | - |
| Varição do Índice | -- | 29,82% | - |

FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

| TIPO | Quantidade em 2009 | Quantidade em 2010 | 2011 |
|------------------|--------------------|--------------------|--------|
| AI's | 63.586 | 68.081 | 70.222 |
| Veículos Retidos | 2.440 | 2.661 | 2.064 |
| CNH Recolhidas | 266 | 802 | 732 |
| CRLV's Retidos | 7.333 | 7.147 | 7.401 |

APREENSÕES

| Item | Unidade de medida | 2009 | 2010 | 2011 |
|-----------------------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Pessoas Detidas | Unidade | 641 | 853 | 686 |
| Maconha | Gramas | 19.692 | 42 | 432.477 |
| Cocaína | Gramas | 233 | 50.125 | 36.462 |
| Crack | Gramas | 403 | 100 | 500 |
| CD/DVD's | Unidade | 1.890 | 52.400 | 32.662 |
| Cigarro | Pacote | 310 | 200 | - |
| Informática | Unidade | - | 535 | - |
| Eletrônicos | Unidade | - | 15 | - |
| Medicamentos | Unidade | 20.160 | 1.920 | 4.579 |
| Armas | Unidade | 46 | 48 | 31 |
| Munições | Unidade | 737 | 911 | 283 |
| Veículos Recuperados | Unidade | 77 | 112 | 70 |
| Combustível | Litros | * | * | 3.885 |
| Pássaros Silvestre | Unidade | * | * | 357 |
| Madeira | Metro cúbico | * | * | 19.964 |

FONTE: Se.PF/16ªSPRF/CE.

*Não apurado

Principais ações operacionais desenvolvidas

Operações Nacionais: Operações dos feriados nacionais visando a normalidade do fluxo de trânsito e a redução das taxas de acidentalidade e mortalidade.

Operações de Comandos Específicos: Operações pontuais visando auxiliar no cumprimento das metas.

Comandos Educativos: Operação específica de cunho educativo, com entrega de folhetos, recomendações aos motoristas entre outras ações.

Comando de Saúde: Operação com o intuito de monitorar a saúde dos motoristas profissionais.

Operação Imprensa: Operação com forte apelo para mídia que potencializa a conscientização do trânsito seguro. Operações com temas específicos como transitar pelo acostamento, cinto de segurança do passageiro do banco traseiro, cinto de segurança nos ônibus interestaduais, motociclistas, equipamentos de segurança, transporte escolar, entre outros farão parte de nosso planejamento de ações para 2012.

Operações Especiais: Operação NOE – Operações planejadas em conjunto com o chefe do NOE e adjunto dos postos visando o combate ao crime.

Operações Temáticas: Operação temática de fiscalização de peso e fiscalização de transporte interestadual de passageiros e de carga (ANTT). Deverão fazer parte mais efetivamente de nosso trabalho para o exercício de 2011, esses tipos de operações.

Ação 2816 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

| | |
|--|--|
| Tipo | Atividade |
| Finalidade | Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos |
| Descrição | Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Coordenação de Inteligência |

Valor Descentralizado: **R\$ 44.188,41**

Durante o ano de 2011 foi destinado à atividade de Inteligência desta Superintendência o montante acima especificado para atender à área finalística daquele Núcleo, cumprindo ressaltar que em sua maioria o orçamento, mais especificamente, R\$ 44.188,41, foi descentralizado para cobrir despesa com deslocamento de equipes para realizar tarefas de inteligência, seja na área de planejamento, seja na área finalística propriamente dita.

Ao todo foram executados R\$ 44.188,41, ou seja, 100% do orçamento disponibilizado, sendo executado na totalidade, ressaltando que este valor apesar de aquém das necessidades do setor, foi de certa forma um pouco melhor já que foi bem mais substancial que o disponibilizado no exercício anterior.

Ação 4290 – Atividade de Saúde nas Rodovias Federais

| | |
|--------------|---|
| Tipo da Ação | Atividade |
| Finalidade | Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias. |
| Descrição | Atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter hospitalar, apoio de |

| | |
|---|---|
| | saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas a finalidade supracitada. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | Departamento de Polícia Rodoviária Federal |
| Unidades executoras | Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais |

Valor Descentralizado: **R\$ 53.559,03**

Principais Resultados:

O comando de saúde nas rodovias (CSR) é um programa do departamento de polícia rodoviária federal (DPRF) em parceria com o Sest-Senat, o objetivo detectar patologias em motoristas de carga e orientá-los para tratamento, tal comando faz parte do planejamento de redução de acidentes do DPRF.

Ação 86^a1 – Processamento, Remuneração dos DETRANS e Arrecadação de Multas Aplicadas pela PRF

| | |
|---|--|
| Tipo da Ação | Atividade |
| Finalidade | Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte. |
| Descrição | A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações JARI, pagamento de JETON às JARI's e outras decorrentes de convênios, como DETRAN. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | Departamento de Polícia Rodoviária Federal |
| Unidades executoras | Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais |

Valor Descentralizado: **R\$ 0,00**

Principais Resultados:

No que concerne aos processos relacionados à lei 9.503/97, foram instruídos processos, entre recurso de multas, emissão de boleto, notificação pessoal e transferência de responsabilidade.

Foram abertos processos de autuações oriundas do Convênio ANNT/PRF (passageiros/carga), que, por excesso de trabalho e/ou falta de servidor, não foram cadastrados na sua totalidade. A fiscalização de produtos perigosos gerou a autuação de um número considerável de processos.

A falta de disponibilidade orçamentária para envio das notificações, na ação correspondente, no segundo semestre, gerou um grande transtorno aos usuários, bem como ao Núcleo, ficando a cargo do mesmo o trabalho de notificação. Esta dificuldade foi superada na segunda quinzena de dezembro, com o recebimento de crédito orçamentário extra.

A arrecadação dos valores referentes às multas aplicadas está assegurada, quando da emissão do certificado de licenciamento anual, pelo repasse das informações ao DETRAN, através do sistema RENAINF, coordenado pelo DENATRAN.

A comissão de análise de defesa da autuação teve um aumento expressivo do volume de processos recebidos, fato motivado pelo trabalho incansável realizado pelos policiais da área finalística.

Ação 8692 – Educação de Trânsito para Usuários

| | |
|---|---|
| Tipo da Ação | Atividade |
| Finalidade | Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais. |
| Descrição | Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | Departamento de Polícia Rodoviária Federal |
| Unidades executoras | Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais |

Valor Descentralizado: **R\$ 1.915,97**

Principais Resultados:

As ações de Educação para o trânsito em 2010 tiveram como foco a realização de palestras e cursos.

Trânsito com Cidadania

Foi lançado pelo DPRF o Projeto “Trânsito com Cidadania”, com público-alvo formado por motoristas de caminhões, de ônibus e alunos dos Centros de Formação de Condutores. Nas regionais foram criadas comissões as quais, por determinação do Diretor Geral do DPRF, eram presididas pelo Corregedor Regional.

2.3.1.3 Apoio Administrativo - Programa 0750

| | |
|------------------|--|
| Tipo de programa | Apoio Administrativo |
| Objetivo geral | Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e |

| | |
|--------------------------------------|---------------------------------------|
| | gestão de seus programas finalísticos |
| Gerente de programa | Não Existe |
| Gerente Executivo | Não Existe |
| Indicadores ou parâmetros utilizados | Não Existe |
| Público Alvo | Governo |

Principais Ações do Programa

2000 Administração da Unidade

Ação 2000 - Administração da Unidade

| | |
|---|--|
| Tipo da Ação | Atividade |
| Finalidade | Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas. |
| Descrição | Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas à determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | Departamento de Polícia Rodoviária Federal |
| Unidades executoras | Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais |

Valor Descentralizado: **R\$ 3.229.115,86**

Principais Resultados:

Esta ação representa o maior volume de gastos da Unidade. Fornece os meios necessários para que a Polícia Rodoviária Federal desenvolva plenamente sua atividade fim na consecução de seus objetivos e, também, atende as demanda da atividade meio. Embora represente o maior volume de recursos executados, sua manutenção é condição indispensável para o salutar desenvolvimento das atividades fim e meio desta Unidade. Dentre as demandas atendidas por esta ação encontram-se:

* Água encanada e tratamento de esgoto

- * Energia Elétrica
- * Material de consumo
- * Locação de mão-de-obra
- * Imprensa nacional
- * Concessão de bolsa de estágio
- * Diárias administrativas
- * Licenciamento da frota de veículos
- * Publicidade legal
- * Terceirização

Para a realização de despesas com deslocamentos, ou seja, despesas com diárias e/ou passagens, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal estabeleceu limites de valores para esta Unidade, não sendo possível pactuar metas para estas despesas uma vez que ocorrem em função das demandas que se apresentam no decorrer do exercício. As despesas desta ação atenderam as convocações feitas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, no exercício sob exame, bem como atenderam as demandas originadas nesta Unidade.

Os reflexos da carência de efetivo não é privilégio desta ação, dado que o volume de atividades a serem desenvolvidas em um procedimento licitatório para a contratação de serviços terceirizados, por exemplo, demandam tempo, envolvem várias pessoas e requerem a atuação de servidor com conhecimentos na área de compras públicas. Os reflexos continuam na designação de servidor para acompanhamento do contrato e aplicação do que foi avençado e do que consta nos respectivos normativos que regem a matéria. No entanto, conseguimos atender as demandas de competência desta ação, proporcionando, assim, condições satisfatórias de trabalho para todos setores desta Unidade.

2.4. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

Este grupo de demonstrativos está estruturado em três partes distintas e complementares, quais sejam: Programação Orçamentária da Despesa; Execução Orçamentária da Despesa e Indicadores Institucionais.

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

O único ato de planejamento da proposta orçamentária que esta UJ realiza é o envio anual à Divisão de Planejamento do DPRF de planilha com as principais demandas da UJ para o exercício subsequente.

2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa

As informações sobre a Execução Orçamentária estão divididas em 1 conjunto de demonstrativos, que se subdividem em quadros, conforme a seguir:

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação:

- a. Despesas por Modalidade de Contratação;
- b. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;
- c. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

Os conjuntos de demonstrativos relacionados acima são compostos por três (3) quadros semelhantes: Despesas por Modalidade de Contratação; Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa; Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

2.4.2.1. Quadro de Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

| Quadro 2.4.2.1. - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação | | |
|--|---------------------|---------------------|
| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | |
| | 2010 | 2011 |
| Licitação | | |
| Convite | -- | 88.990,00 |
| Tomada de Preços | 90.577,63 | - |
| Pregão | 4.385.981,10 | 4.092.119,86 |
| Dispensa | 609.862,79 | 1.365.302,80 |
| Inexigibilidade | 135.514,55 | 90.271,76 |
| Não se aplica | 638.389,39 | 714.778,84 |
| Fonte: SIAFI Gerencial 2010/2011 – DPRF | | |

2.4. 2.2. Quadro de Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

| Quadro 2.4.2.2. - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação | | | | | | | | |
|--|-------------------|--------------|-------------------|--------------|--------------------|------------|---------------|--------------|
| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
| | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 |
| 1 – Despesas de Pessoal | 78.052,38 | 21.889,89 | 78.052,38 | 21.889,89 | 0 | 0 | 78.052,38 | 21.889,89 |
| 1º elemento de despesa - 08 Outros Benefícios Assistenciais | 78.052,38 | 21.889,89 | 78.052,38 | 21.889,89 | 0 | 0 | 78.052,38 | 21.889,89 |
| 2 – Juros e Encargos da Dívida | 0 | | 0 | | 0 | | 0 | |
| 3- Outras Despesas Correntes | 4.071.839,32 | 4.428.039,90 | 3.581.053,66 | 3.670.487,67 | 490.785,66 | 757.552,23 | 3.553.831,15 | 3.373.278,53 |
| 1º elemento de despesa 39 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 1.516.003,31 | 1.357.692,82 | 1.372.612,93 | 1.125.458,88 | 143.390,38 | 232.233,94 | 1.345.657,30 | 982.300,78 |
| 2º elemento de despesa 37 – Locação de mão de obra | 963.632,99 | 1.398.671,58 | 922.652,42 | 1.302.468,88 | 40.980,57 | 96.202,70 | 922.652,42 | 1.157.079,80 |
| 3º elemento de despesa 30 – Material de consumo | 737.730,00 | 1.049.601,31 | 556.605,51 | 622.152,94 | 181.124,49 | 427.448,37 | 556.338,63 | 613.490,98 |
| Demais elementos do grupo | 854.473,02 | 622.074,19 | 729.182,80 | 620.406,97 | 125.290,22 | 1.667,22 | 729.182,80 | 620.406,97 |
| Fonte: Relatório de Gestão 2010 e SIAFI2011 | | | | | | | | |

2.4.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

| Quadro 2.4.2.3. – Despesa por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação | | | | | | | Valores em R\$ | |
|---|-------------------|------------|-------------------|-----------|--------------------|------------|----------------|-----------|
| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
| | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 |
| 4 – Investimentos | 448.018,38 | 728.967,82 | 202.441,48 | 35.167,20 | 245.576,90 | 693.800,62 | 151.020,89 | 35.167,20 |
| 1º elemento de despesa 51 | 90.577,63 | 0 | 90.577,63 | 0 | 0 | 0 | 73.345,89 | |
| 2º elemento de despesa 52 | 357.440,75 | 728.967,82 | 111.863,85 | 35.167,20 | 245.576,90 | 693.800,62 | 77.675,00 | 35.167,20 |
| 5 – Inversões Financeiras | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 6 – Amortização da Dívida | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Fonte: Relatório de Gestão 2010 e SIAFI2011 | | | | | | | | |

Análise crítica

Analisando o Quadro comparativo 2009-2010 de Despesas por Modalidade de Contratação observa-se redução significativa das despesas por Contratação Direta na modalidade de dispensa de licitação, tanto em referencia à quantidade como no valor contratado, exceção para contratação de apoio administrativo que foi realizado contrato emergencial com anuência da AGU através de seu Núcleo local.

A Instrução Normativa MPOG nº 02/2008 representou um avanço, uma vez que modificou a forma de contratação de mão de obra para a prestação de serviços de natureza continuada, implicando na redução dos valores contratados. No entanto, a contratação de mão de obra continua a representar o maior volume de gastos no grupo de natureza de despesa “3 – outras despesas correntes”, essenciais para desempenho das atividades atribuídas a esta Unidade.

O incremento no volume da despesa verificado no elemento de despesa “52 - equipamentos e material permanente”, do grupo de natureza de despesa “4 - investimentos”, refere-se a aquisição de viaturas ocorrida no exercício em exame. Neste caso, as quantidades de viaturas a serem adquiridas por cada Unidade Gestora são fixadas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, cabendo as suas Unidades a efetivação da aquisição.

O planejamento desta Unidade volta-se, precipuamente, para aquelas atividades mantenedoras das condições essenciais para o desenvolvimento de suas atribuições. O incremento de nova despesa, que envolva considerável quantidade de recursos, fica a cargo do planejamento nacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Desta forma, diante do volume de despesa executado, frente a previsão orçamentária da despesa do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, esta Unidade não encontra maiores dificuldades na disponibilização de recursos para execução das ações. Não significa dizer que estamos diante de situação ideal para atingimento do interesse público, haja visto que a situação ideal implicaria, dentre outros fatores, em um aumento significativo de efetivo.

Dentre as dificuldades enfrentadas no desempenho de suas funções durante o transcorrer do exercício em análise, merece destaque, mais uma vez, a exemplo do acontece em exercícios anteriores, a carência de efetivo da qual padece esta Unidade. O reduzido número de servidores lotados nesta Unidade reflete tanto no desempenho da atividade fim atribuída a esta 16ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, como no desempenho das atividades administrativas, que servem de suporte a atividade fim.

Vale salientar neste tópico que o preenchimento dos quadros acima e subsequentes foi de responsabilidade do DPRF, que nos repassou as planilhas apenas para auxiliar-nos a complementar os tais quadros, haja visto que nenhum servidor nesta Regional tem senha de acesso ao SIAFI Gerencial, bem como treinamento para uso dessa ferramenta.

2.4.3. Indicadores Institucionais

Foi ministrado curso sobre gestão estratégica para lideranças e o Curso Técnico sobre diagnóstico estratégico institucional. Foi realizada a pesquisa de campo através de lideranças internas (Diretor do DPRF, Coordenadores-Gerais do DPRF, Superintendentes das Regionais e Chefes de Distrito) e lideranças externas (ANTT, MPOG, DENATRAN, CGU, Min, Transportes, etc)

Ainda, houve o Seminário sobre o Diagnóstico Estratégico Institucional, realizado no final de dezembro de 2010, em Brasília-DF, contando com a presença de todos os Superintendentes Regionais para a elaboração do Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica, o qual utiliza a

metodologia *Balanced Scorecard* alinhada à Gestão por Competências. Como consequência foi elaborado o Mapa estratégico do DPRF para 2011-2016, além da Missão, Visão e Valores da Instituição.

Após a finalização dos trabalhos, prevista para o exercício 2011, O DPRF procederá a elaboração de indicadores institucionais que serão acompanhados pelas UJs nos exercícios futuros.

3. MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

O demonstrativo abaixo refere-se à execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados, desde o exercício subsequente ao da inscrição até o exercício 2011.

3.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

O Quadro 3.1.1. abaixo contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores. cancelados e pagos acumulados até o final do exercício 2010, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2010, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm a mesma estrutura de informação, que se descreve a seguir.

| Quadro 3.1.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores | | | | Valores em R\$ |
|---|-------------------|--------------------------|-----------------------|-----------------------------|
| Restos a Pagar Processados | | | | |
| Ano de Inscrição | Montante Inscrito | Cancelamentos acumulados | Pagamentos acumulados | Saldo a pagar em 31/12/2011 |
| 2010 | | | 78.643,10 | 0,00 |
| 2009 | 101.950,00 | | 101.950,00 | 0,00 |
| 2008 | 595,89 | 595,89 | * | 0,00 |
| 2007 | 592,80 | 592,80 | * | 0,00 |
| 2006 | 326,39 | 326,39 | * | 0,00 |
| 2003 | 17.949,00 | 17.949,00 | * | 0,00 |

Fonte: SIAFI2011
* Valores não disponíveis pelo DPRF através do SIAFI GERENCIAL, e dificuldades técnicas para obtê-los.

| Restos a Pagar não Processados | | | | |
|---------------------------------------|-------------------|--------------------------|-----------------------|-----------------------------|
| Ano de Inscrição | Montante Inscrito | Cancelamentos acumulados | Pagamentos acumulados | Saldo a pagar em 31/12/2011 |
| 2010 | 638.282,12 | 0,00 | 0,00 | 638.282,12 |
| 2009 | 265.128,50 | 262.337,00 | 2.791,50 | 0,00 |
| 2008 | 93.810,28 | 93.810,28 | 0,00 | 0,00 |
| 2007 | 103.832,87 | 93614,97 | 10.217,90 | 0,00 |

Fonte: SIAFI2010
* Valores extraídos do SIAFI2011, porém a de se destacar as dificuldades técnicas para obtê-los

Análise Crítica

Os restos a pagar processados em exercícios anteriores a 2010, estão inscritos por dificuldades operacionais e disponibilidade de recursos financeiros e de cancelamento por nossa Unidade e serão baixados em 2011 pela Setorial Contábil do Ministério da Justiça.

O saldo referente ao RP processado inscrito em 2009 será quitado tão logo haja condições financeiras para fazê-lo, haja visto que o veículo já foi entregue, e estamos somente no aguardo de liberação de recurso financeiro para efetivar o devido pagamento. Quanto ao RP processado inscrito em 2003, trata-se de processo que teve sua liquidação prejudicada em virtude da situação fiscal (SICAF) do fornecedor. No que se refere aos RP Processados dos anos restantes deverá ser objeto de uma análise mais acurada para regularização de tais saldos.

No que se refere aos RP não processados será procedida sua regularização, com a ajuda da Setorial Contábil, no próximo exercício, já que por um lapso da administração, não foram liquidados e/ ou cancelados em tempo hábil, de acordo com o prazo previsto pelo Decreto nº 7.418 de 31 de dezembro de 2010, que prorrogou sua validade até o dia 30 de abril de 2011.

4. RECURSOS HUMANOS

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

| Tipologias dos Cargos | Lotação | | Ingressos no exercício | |
|--|------------|------------|------------------------|--|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| 1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2) | - | 395 | 13 | |
| 1.1. Membros de poder e agentes políticos | - | - | - | |
| 1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4) | - | 395 | 13 | |
| 1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | - | 395 | 13 | |
| 1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado | - | - | - | |
| 1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório | - | - | - | |
| 1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas | - | - | - | |
| 2. Servidores com Contratos Temporários | - | - | - | |
| 3. Total de Servidores (1+2) | - | 395 | 13 | |

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

| Tipologias dos afastamentos | Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro |
|---|---|
| 1. Cedidos (1.1+1.2+1.3) | 1 |
| 1.1. Exercício de Cargo em Comissão | - |
| 1.2. Exercício de Função de Confiança | - |
| 1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis) | 1 |
| 2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4) | - |
| 2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo | - |
| 2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior | - |
| 2.3. Para Serviço em Organismo Internacional | - |
| 2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País | - |
| 3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5) | - |
| 3.1. De ofício, no interesse da Administração | - |
| 3.2. A pedido, a critério da Administração | - |

| | |
|--|-----------|
| 3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro | - |
| 3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde | - |
| 3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo | - |
| 4. Licença remunerada (4.1+4.2) | 25 |
| 4.1. Doença em pessoa da família | 25 |
| 4.2. Capacitação | - |
| 5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5) | - |
| 5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro | - |
| 5.2. Serviço militar | - |
| 5.3. Atividade política | - |
| 5.4. Interesses particulares | - |
| 5.5. Mandato classista | - |
| 6. Outras situações (Especificar o ato normativo) | - |
| 7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6) | 26 |

Fonte: SRH Lei nº 9.020, de 30/03/1995.

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

| Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas | Lotação | | Ingressos no exercício | Egressos no exercício |
|--|------------|-----------|------------------------|-----------------------|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| 1. Cargos em comissão | - | 1 | - | - |
| 1.1. Cargos Natureza Especial | - | - | | |
| 1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior | - | - | | |
| 1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | - | - | | |
| 1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado | - | - | | |
| 1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas | - | - | | |
| 1.2.4. Sem vínculo | - | - | | |
| 1.2.5. Aposentados | - | 1 | | |
| 2. Funções gratificadas | - | 28 | - | - |
| 2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | - | 28 | | |
| 2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado | - | - | | |

| | | | | |
|--|---|-----------|---|---|
| 2.3. Servidores de outros órgãos e esferas | - | - | | |
| 3. Total de servidores em cargo e em função (1+2) | - | 29 | - | - |

Fonte: SRH

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

| Tipologias do Cargo | Quantidade de Servidores por Faixa Etária | | | | |
|--|---|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|
| | Até 30 anos | De 31 a 40 anos | De 41 a 50 anos | De 51 a 60 anos | Acima de 60 anos |
| 1. Provimento de cargo efetivo | 28 | 161 | 136 | 57 | 15 |
| 1.1. Membros de poder e agentes políticos | - | - | - | - | - |
| 1.2. Servidores de Carreira | 28 | 161 | 136 | 57 | 15 |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários | - | - | - | - | - |
| 2. Provimento de cargo em comissão | 1 | 12 | 16 | - | - |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial | - | - | - | - | - |
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | | | 1 | | |
| 2.3. Funções gratificadas | 1 | 12 | 15 | | |
| 3. Totais (1+2) | 29 | 173 | 152 | 57 | 15 |

Fonte: SRH

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

| Tipologias do Cargo | Quantidade de pessoas por nível de escolaridade | | | | | | | | |
|---|---|---|---|-----------|------------|------------|----------|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| 1. Provimento de cargo efetivo | - | - | - | 10 | 203 | 184 | 1 | - | - |
| 1.1. Membros de poder e agentes políticos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 1.2. Servidores de Carreira | - | | | 10 | 203 | 184 | 1 | | |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 2. Provimento de cargo em comissão | - | - | - | - | 11 | 17 | - | - | - |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | - | - | - | - | - | 1 | | | |
| 2.3. Funções gratificadas | - | - | - | - | 11 | 16 | | | |
| 3. Totais (1+2) | - | - | - | 10 | 214 | 201 | 1 | - | - |
| LEGENDA | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Nível de Escolaridade | | | | | | | | | |
| 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada. | | | | | | | | | |

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

| Regime de proventos / Regime de aposentadoria | Quantidade | |
|---|-------------------------------------|--|
| | De Servidores Aposentados até 31/12 | De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência |
| 1. Integral | 13 | 5 |
| 1.1 Voluntária | 13 | 5 |
| 1.2 Compulsória | - | - |
| 1.3 Invalidez Permanente | - | - |
| 1.4 Outras | - | - |
| 2. Proporcional | - | - |
| 2.1 Voluntária | - | - |
| 2.2 Compulsória | - | - |
| 2.3 Invalidez Permanente | - | - |
| 2.4 Outras | - | - |
| 3. Totais (1+2) | 13 | 5 |

Fonte: SRH

Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

| Regime de proventos do servidor instituidor | Quantidade de Beneficiários de Pensão | |
|---|---------------------------------------|-------------------------------------|
| | Acumulada até 31/12 | Iniciada no exercício de referência |
| 1. Aposentado | 13 | 5 |
| 1.1. Integral | 13 | 5 |
| 1.2. Proporcional | - | - |
| 2. Em Atividade | - | - |
| 3. Total (1+2) | 13 | 5 |

Fonte: SRH

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Em R\$ 1,00

| Nível de escolaridade | Quantitativo de contratos de estágio vigentes | | | | Despesa no exercício |
|--------------------------|---|--------------|--------------|--------------|----------------------|
| | 1º Trimestre | 2º Trimestre | 3º Trimestre | 4º Trimestre | |
| 1. Nível superior | 4 | 4 | - | - | - |
| 1.1 Área Fim | 1 | 1 | - | - | |
| 1.2 Área meio | 3 | 3 | - | - | |
| 2. Nível Médio | 31 | 31 | - | - | - |
| 2.1 Área Fim | 2 | 2 | - | - | |
| 2.2 Área Meio | 29 | 29 | - | - | |
| 3. Total (1+2) | 35 | 35 | - | - | - |

Fonte: SRH

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Em R\$ 1,00

| Tipologias/ Exercícios | Vencimentos e vantagens fixas | Despesas Variáveis | | | | | | Despesas de Exercícios Anteriores | Decisões Judiciais | Total | |
|--|-------------------------------|--------------------|---------------|--------------|--------------|--|---------------------------|-----------------------------------|--------------------|------------|---------------|
| | | Retribuições | Gratificações | Adicionais | Indenizações | Benefícios Assistenciais e previdenciários | Demais despesas variáveis | | | | |
| Membros de poder e agentes políticos | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2011 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| | 2010 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| | 2009 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2011 | 40.232.396,66 | 15.937,32 | 5.252.104,28 | 1.666.573,11 | - | 1.390.401,30 | 1.506.527,84 | - | 210.453,62 | 50.274.394,13 |
| | 2010 | 29.227.350,34 | 4.590,97 | 3.635.631,50 | - | - | 146.033,51 | 170,81 | 4.415,00 | 3.576,06 | 33.021.768,19 |
| | 2009 | 25.536.299,48 | 1.680,20 | 3.259.887,44 | 516,01 | - | 110.999,65 | 53,27 | - | 4.306,48 | 28.913.742,53 |
| Servidores com Contratos Temporários | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2011 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2010 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2009 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Servidores Cedidos com ônus ou em Licença | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2011 | 66.774,96 | - | 8.365,69 | - | - | 989,41 | 3.648,00 | - | - | 198.360,72 |
| | 2010 | 94.151,97 | - | 12.707,71 | 5.125,76 | - | 954,41 | 5.642,81 | - | - | 239.068,77 |
| | 2009 | 101.918,33 | - | 13.156,34 | 2.880,44 | - | 899,40 | 1.631,60 | - | - | 120.486,11 |
| Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2011 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2010 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2009 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento | | | | | | | | | | | |

| Superior | | | | | | | | | | | | |
|--|------|--------------|-----------|------------|------------|---|------------|------------|---|-----------|--------------|--|
| Exercícios | 2011 | 64.846,88 | 13.096,23 | 12.969,37 | - | - | 1.105,00 | 1.520,00 | - | - | 93.537,48 | |
| | 2010 | 48.504,72 | - | 6.063,09 | 1.347,35 | - | - | 3.648,00 | - | - | 59.563,16 | |
| | 2009 | 97.009,44 | - | 8.044,12 | 1.347,35 | - | 62,92 | 1.598,28 | - | - | 108.062,11 | |
| Servidores ocupantes de Funções gratificadas | | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2011 | 3.291.565,89 | 13.497,18 | 402.567,57 | 114.400,87 | - | 183.585,15 | 109.043,28 | - | 20.173,90 | 4.134.833,84 | |
| | 2010 | 3.366.951,97 | 4.590,97 | 429.576,23 | 146.076,42 | - | 126.047,84 | 119.841,33 | - | 34.769,12 | 4.227.853,88 | |
| | 2009 | 2.960.644,66 | 1.680,20 | 374.395,12 | 123.303,30 | - | 111.659,56 | 57.849,42 | - | 62.256,46 | 3.691.788,72 | |

Fonte: SRH

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|--|------|----------|---------------------------|----------------------------|---|------------|---|----|---|---|---|---|------|
| Nome: | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: | | | | | | | CNPJ: | | | | | | |
| Informações sobre os contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | CNPJ da Empresa Contratada | Período contratual de execução das atividades contratadas | | Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados | | | | | | Sit. |
| | | | | | Início | Fim | F | | M | | S | | |
| | | | | | | | P | C | P | C | P | C | |
| 2006 | L | O | 05/2005 | 07.417.330/0001-26 | 02/01/2006 | 01/11/2011 | 36 | 36 | | | | | |
| 2006 | V | O | 02/2006 | 06.978.936/0001-78 | 03/07/2010 | 02/07/2011 | * | * | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | |
| Observações: *foram contratos postos de serviços. | | | | | | | | | | | | | |
| LEGENDA | | | | | | | | | | | | | |
| Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. | | | | | | | | | | | | | |
| Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. | | | | | | | | | | | | | |
| Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. | | | | | | | | | | | | | |
| Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. | | | | | | | | | | | | | |

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|---|------|----------|---------------------------|--|---|------------|---|----|----|----|------|---|---|
| Nome: | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: | | | | CNPJ: | | | | | | | | | |
| Informações sobre os contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | CNPJ da Empresa Contratada | Período contratual de execução das atividades contratadas | | Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados | | | | Sit. | | |
| | | | | | Início | Fim | F | | M | | | S | |
| | | | | | | | P | C | P | C | | P | C |
| 2006 | 1 | O | 05/2005 | 07.417.330/0001-26 | 02/01/2006 | 01/11/2011 | 36 | 36 | | | | | |
| 2006 | 2 | O | 02/2006 | 06.978.936/0001-78 | 03/07/2010 | 02/07/2011 | * | * | | | | | |
| 2008 | 14 | O | 03/2008 | 05.533.521/0001-28 | 15/03/2008 | 31/07/2011 | | | 19 | 19 | | | |
| 2010 | 14 | E | 09/2010 | 05.633.212/0001-20 | 04/08/2010 | 30/01/2011 | 19 | 19 | | | | | |
| 2011 | 14 | O | 05/2011 | 07.783.832/0001-70 | 02/05/2011 | 01/05/2012 | | 10 | | 25 | | | |
| 2011 | 3 | O | 09/2011 | 07.249.612/0001-61 | 08/07/2011 | 07/07/2012 | * | * | | | | | |
| Observações: | | | | | | | | | | | | | |
| LEGENDA | | | | | | | | | | | | | |
| Área: | | | | Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. | | | | | | | | | |
| 1. Conservação e Limpeza; | | | | Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. | | | | | | | | | |
| 2. Segurança; | | | | Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. | | | | | | | | | |
| 3. Vigilância; | | | | Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada. | | | | | | | | | |
| 4. Transportes; | | | | | | | | | | | | | |
| 5. Informática; | | | | | | | | | | | | | |
| 6. Copeiragem; | | | | | | | | | | | | | |
| 7. Recepção; | | | | | | | | | | | | | |
| 8. Reprografia; | | | | | | | | | | | | | |
| 9. Telecomunicações; | | | | | | | | | | | | | |
| 10. Manutenção de bens móveis | | | | | | | | | | | | | |
| 11. Manutenção de bens imóveis | | | | | | | | | | | | | |
| 12. Brigadistas | | | | | | | | | | | | | |
| 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes | | | | | | | | | | | | | |
| 14. Outras | | | | | | | | | | | | | |

Fonte:
SAF/16ª

5. DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

| Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR | Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93 | Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR | | |
|--|--|--|---------------------------------------|-------------------------------|
| | | Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo | Final do exercício da Função ou Cargo | Final do exercício financeiro |
| Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93) | Obrigados a entregar a DBR | 00 | 00 | 00 |
| | Entregaram a DBR | 00 | 00 | 00 |
| | Não cumpriram a obrigação | 00 | 00 | 00 |
| Cargos Eletivos | Obrigados a entregar a DBR | 00 | 00 | 00 |
| | Entregaram a DBR | 00 | 00 | 00 |
| | Não cumpriram a obrigação | 00 | 00 | 00 |
| Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão) | Obrigados a entregar a DBR | 29 | 29 | 00 |
| | Entregaram a DBR | 29 | 29 | 00 |
| | Não cumpriram a obrigação | 00 | 00 | 00 |

Fonte: SRH/16ª SRPRF

5.1 Considerações

Considerando o disposto na Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, de 6/09/2007, publicada no D.O.U. de 11/09/2007, os detentores de Cargo Comissionado e Funções de Confiança, no âmbito desta Superintendência, apresentaram a declaração de ajuste anual do imposto de renda do exercício de 2011, ano-calendário 2010, ou autorizaram, mediante Termo de Opção, o acesso às cópias de suas declarações apresentadas a Secretaria da Receita Federal, cujas cópias encontram-se arquivadas na Seção de Recursos Humanos.

6. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ

| Aspectos do sistema de controle interno | Avaliação | | | | |
|---|-----------|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Ambiente de Controle | | | | | |
| 1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. | | | X | | |
| 2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. | | X | | | |
| 3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. | | X | | | |
| 4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. | | | | | X |
| 5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. | | | X | | |
| 6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. | | | X | | |
| 7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. | | | X | | |
| 8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ. | | | X | | |
| 9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. | | | X | | |
| Avaliação de Risco | | | | | |
| 10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. | | | X | | |
| 11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. | | | X | | |
| 12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. | | X | | | |
| 13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. | | X | | | |
| 14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. | | X | | | |
| 15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. | | X | | | |
| 16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. | | X | | | |
| 17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. | | | | | X |
| 18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. | | | | X | |
| Procedimentos de Controle | | | | | |
| 19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. | | | X | | |
| 20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. | | | X | | |
| 21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. | | | | X | |
| 22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle. | | | | X | |
| Informação e Comunicação | | | | | |
| 23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. | | X | | | |
| 24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. | | X | | | |

| | | | | | |
|--|--|---|---|---|--|
| 25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. | | X | | | |
| 26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. | | X | | | |
| 27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. | | X | | | |
| Monitoramento | | | | | |
| 28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. | | X | | | |
| 29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. | | | X | | |
| 30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. | | | | X | |
| Considerações gerais: | | | | | |
| <p><u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p> | | | | | |

7. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|-----------|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Licitações Sustentáveis | | | | | |
| 1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? | X | | | | |
| 2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. | X | | | | |
| 3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). | | | X | | |
| 4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? | X | | | | |
| 5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? | | X | | | |
| 6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? | | | | X | |
| 7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? | X | | | | |
| 8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? | X | | | | |
| 9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos. | | | | X | |
| 10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. | | | X | | |
| 11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. | | X | | | |
| 12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? | | X | | | |
| 13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? | X | | | | |
| Considerações Gerais: | | | | | |

8. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DA UNIÃO

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | | QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ | |
|----------------------------------|--------------------------------|---|----------------|
| | | EXERCÍCIO 2011 | EXERCÍCIO 2010 |
| BRASIL | CEARÁ | | |
| | Aracati | 01 | 01 |
| | Boa Viagem | 01 | 01 |
| | Caucaia | 01 | 01 |
| | Chorozinho | 01 | 01 |
| | Fortaleza | 01 | 01 |
| | Icó | 02 | 02 |
| | Irauçuba | 01 | 01 |
| | Jaguaribe | 01 | 01 |
| | Milagres | 01 | 01 |
| | Russas | 01 | 01 |
| | São Gonçalo do Amarante | 01 | 01 |
| | Sobral | 01 | 01 |
| | Tianguá | 01 | 01 |
| Subtotal Brasil | | 15 | 15 |
| Subtotal Exterior | | 0 | 0 |
| Total (Brasil + Exterior) | | 15 | 15 |

Fonte: NUPAT/16ª SRPRF/CE

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

| UG | RIP | Regime | Estado de Conservação | Valor do Imóvel | | | Despesa com Manutenção no exercício | |
|--------------|------------------|--------|-----------------------|-----------------|-------------------|-----------------------|-------------------------------------|-------------|
| | | | | Valor Histórico | Data da Avaliação | Valor Reavaliado | Imóvel | Instalações |
| 200112 | 1239.00002.500-7 | 12 | 3 | 3.360,00 | - | Não consta no SPIUNET | - | - |
| 200112 | 1321.00035.500-0 | 12 | 3 | 52.938,75 | - | Não consta no SPIUNET | - | - |
| 200112 | 1347.00013.500-4 | 12 | 3 | 23.347,20 | - | Não consta no SPIUNET | - | - |
| 200112 | 1355.00033.500-4 | 12 | 3 | 34.066,00 | - | Não consta no SPIUNET | - | - |
| 200112 | 1373.00012.500-8 | 12 | 3 | 85.298,40 | - | Não consta no SPIUNET | - | - |
| 200112 | 1389.00509.500-6 | 12 | 3 | 5.572.549,02 | - | Não consta no SPIUNET | - | - |
| 200112 | 1409.01287.500-1 | 12 | 3 | 44.436,00 | - | Não consta no SPIUNET | - | - |
| 200112 | 1409.01288.500-7 | 12 | 3 | 40.776,00 | - | Não consta no SPIUNET | - | - |
| 200112 | 1423.00013.500-3 | 12 | 3 | 1.280,00 | - | Não consta no SPIUNET | - | - |
| 200112 | 1439.00041.500-2 | 12 | 3 | 4.200,00 | - | Não consta no SPIUNET | - | - |
| 200112 | 1467.00008.500-8 | 12 | 3 | 4.080,00 | - | Não consta no SPIUNET | - | - |
| 200112 | 1573.00057.500-0 | 12 | 3 | 15.480,00 | - | Não consta no SPIUNET | - | - |
| 200112 | 1549.00003.500-9 | 12 | 3 | 3.600,00 | - | Não consta no SPIUNET | - | - |
| 200112 | 1559.00392.500-2 | 12 | 3 | 6.720,00 | - | Não consta no SPIUNET | - | - |
| 200112 | 1569.00008.500-0 | 12 | 3 | 1.680,00 | - | Não consta no SPIUNET | - | - |
| Total | | | | | | | | |

Fonte:SPIUNET

No exercício 2011 inexistiram bens imóveis de propriedade da União, formalmente sob responsabilidade da 16ª SRPRF. Os imóveis que se encontram no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet são as 13 Unidades Operacionais, 01 sede de Delegacia e 01 sede da Superintendência (compartilhado com o DNIT), todos localizados no Estado do Ceará.

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

| Quesitos a serem avaliados | Avaliação | | | | |
|--|-----------------------|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Planejamento da área | | | | | |
| 1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo. | | | | X | |
| 2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor. | | | | X | |
| 3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ. | | | | X | |
| Perfil dos Recursos Humanos envolvidos | | | | | |
| 4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI. | 10(dez) | | | | |
| 5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade. | X | | | | |
| Segurança da Informação | | | | | |
| 6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação. | | | | X | |
| 7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico. | | | X | | |
| Desenvolvimento e Produção de Sistemas | | | | | |
| 8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ. | | | | X | |
| 9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida. | | | | X | |
| 10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes. | | | | X | |
| 11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço. | | | | X | |
| Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI | | | | | |
| 12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ. | 30%(trinta por cento) | | | | |
| 13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI. | | | | X | |
| 14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI. | | | X | | |
| 15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados? | | | | X | |
| Considerações Gerais: | | | | | |
| LEGENDA | | | | | |
| Níveis de avaliação: | | | | | |
| (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. | | | | | |
| (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. | | | | | |
| (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. | | | | | |
| (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. | | | | | |
| (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ. | | | | | |

10. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UJ



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

| DECLARAÇÃO DO CONTADOR | | | |
|--|-------------------|---------------|-------------------------|
| DECLARAÇÃO COM RESSALVA | | | |
| Denominação completa (UJ): | | Código da UG: | |
| 16ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/CE | | 200112 | |
| <p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado;</p> <p>b) Falta de Reavaliação /Redução de Ativos Permanentes, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.03.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações;</p> <p>c) Convênios a comprova e a liberar com data expirada.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> | | | |
| Local | Brasília-DF | Data | 17 de fevereiro de 2012 |
| Contador Responsável | José Carlos Gomes | CRC nº | DF 9.261/O-7 |

José Carlos Gomes
CCONTIDPROG/SE/MJ
Coordenador

11. RESULTADOS E CONCLUSÕES

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal teve profundas mudanças em seus dirigentes tanto a nível da Direção Geral como a nível das superintendências. Foi substituído o diretor geral, o chefe de gabinete, o coordenador geral de operações, coordenador-geral de recursos humanos, a coordenadora de ensino, o coordenador-geral de planejamento e organização, o corregedor geral. Praticamente todas as coordenações tiveram novos gestores. Nos estados a mudança foi substancial, praticamente todos os superintendentes foram substituídos. Nessa UJ, no período desse relatório, a administração teve três períodos, até abril esteve como gestor o Inspetor Ubiratan Roberto de Paula, de maio a julho o Inspetor João Cícero Cardoso Guedes, em caráter interino, e após o Inspetor Marco Antonio Maia. Tais mudanças também repercutiram na chefia de seções e núcleos. Ao fim do período analisado praticamente foram substituídos quase todos os chefes de delegacia, de núcleos e chefes de seções. Tantas mudanças trouxeram aspectos positivos, mas também houve dificuldades operacionais. O próprio relatório de gestão traz as dificuldades de avaliação inerentes há um processo tão profundo de mudanças. Como já demonstrado, a gestão da UJ tem suas estratégias definidas pela Direção Geral do órgão, não há metas e índices de avaliação claramente definidos na atividade-meio (administrativas) e este fato já se torna a própria meta em termos de administrativos. Assim sendo os resultados mesuráveis da UJ se limitam as atividades fins (área operacional).

Entretanto alguns aspectos positivos precisam ser elencados para dimensionar o avanço da administração em atacar problemas cruciais dessa UJ, principalmente na atividade fim, foco da administração. Foram contratadas empresas de manutenção predial para realizar reparos emergenciais nas unidades operacionais, como por exemplo, na parte elétrica, que, apesar do avanço tecnológico foram projetos de quarenta anos atrás. Foi licitado a construção de duas unidades operacionais consideradas as piores do Estado, Milagres e Icó. A manutenção do parque de viaturas também foi objeto de novo contrato e doravante as viaturas não mais precisarão vir para a capital para receber manutenção preventiva e corretiva, cada delegacia terá atendimento em seu município.

Apesar do baixo efetivo e da precariedade de vários trechos das rodovias federais que corta o estado do Ceará, fato amplamente divulgado pela imprensa, a taxa de mortalidade foi reduzida além da meta da 16ª SRPRF/CE. O número absoluto de vítimas fatais foi menor que o do ano de 2010. O mesmo êxito não foi conquistado com a meta de redução de acidente, pois, embora o número absoluto tenham ficado próximo ao de 2010, a meta não foi alcançada.

As ações de natureza de segurança pública demonstram detenções de pessoas por crimes de trânsito, ambiental e do âmbito penal em geral, veículos recuperados, armas e munições, mercadorias, fruto de descaminho e ou contrabando, e drogas apreendidas. É a presença diuturna da Polícia Rodoviária Federal. Os índices de percepção de segurança nas rodovias, ainda não foram tabulados cientificamente, mas com certeza a presença das viaturas e policiais tanto ao logo do trecho das rodovias como nas unidades operacionais constituem fonte de segurança para os cidadãos. Esta UJ envidou todos os esforços para multiplicar a presença da PRF equalizando o baixo efetivo e as necessidades da sociedade.